	Medide Duesisérie nº (01 de 10 de inlie de 2015	Ducieto de Lei de Composeão pol 12 de 2015
Legislação	Medida Provisória nº 681, de 10 de julho de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 681, de 2015)
	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, a	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, a
	Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei n° 8.112,	Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.112,
	de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre	de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto
	desconto em folha de valores destinados ao pagamento	em folha de valores destinados ao pagamento de cartão
	de cartão de crédito.	de crédito.
	O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	O CONGRESSO NACIONAL decieta.
	exercício do cargo de Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição,	
	, , ,	
T : 0.10.000 1 17 1 1 1 2000	adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei: Art. 1º A Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003,	Art. 1º A Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003,
Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003		
Art 10 Og amanggadag maidag mala Com1: Ja-2- Ja-	passa a vigorar com as seguintes alterações:	passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º Os empregados regidos pela Consolidação das	"Art. 1º Os empregados regidos pela Consolidação das	"Art. 1º Os empregados regidos pela <u>Consolidação das</u>
Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo <u>Decreto-Lei</u>	Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei	Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº
nº 5.452, de 1° de maio de 1943, poderão autorizar, de	nº 5.452, de 1º de maio de 1943, poderão autorizar, de	5.452, de 1º de maio de 1943, poderão autorizar, de
forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha	forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha	forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha
de pagamento ou na sua remuneração disponível dos	de pagamento ou na sua remuneração disponível dos	de pagamento ou na sua remuneração disponível dos
valores referentes ao pagamento de empréstimos,	valores referentes ao pagamento de empréstimos,	valores referentes ao pagamento de empréstimos,
financiamentos e operações de arrendamento mercantil	financiamentos, cartão de crédito e operações de	financiamentos, cartão de crédito e operações de
concedidos por instituições financeiras e sociedades de	arrendamento mercantil concedidos por instituições	arrendamento mercantil concedidos por instituições
arrendamento mercantil, quando previsto nos	financeiras e sociedades de arrendamento mercantil,	financeiras e sociedades de arrendamento mercantil,
respectivos contratos.	quando previsto nos respectivos contratos.	quando previsto nos respectivos contratos.
§ 1º O desconto mencionado neste artigo também	§ 1° O desconto mencionado neste artigo também	§ 1º O desconto mencionado neste artigo também
poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo	poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo	poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo
empregador, se assim previsto no respectivo contrato	empregador, se assim previsto no respectivo contrato	empregador, se assim previsto no respectivo contrato
de empréstimo, financiamento ou arrendamento	de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou	de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou
mercantil, até o limite de trinta por cento.	arrendamento mercantil, até o limite de trinta e cinco	arrendamento mercantil, até o limite de trinta e cinco
	por cento, sendo cinco por cento destinados	por cento, sendo cinco por cento destinados
	exclusivamente para a amortização de despesas	exclusivamente para:
	contraídas por meio de cartão de crédito.	
		I - a amortização de despesas contraídas por meio de
		cartão de crédito <mark>; ou</mark>
		II – a utilização com a finalidade de saque por meio do
		cartão de crédito.

	Medida Provisória nº 681, de 10 de julho de 2015	Ducieto de Lei de Convenção nº 12 de 2015
Legislação	ivieulua Frovisoria ii 001, de 10 de juino de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 681, de 2015)
	"(MD)	
A ++ 20	"(NR)	"(NR)
Art. 2°	"Art. 2°	"Art.2°
III - instituição consignatária, a instituição autorizada a conceder empréstimo ou financiamento ou realizar operação de arrendamento mercantil mencionada no caput do art. 1°;	III - instituição consignatária, a instituição autorizada a conceder empréstimo ou financiamento ou realizar operação com cartão de crédito ou de arrendamento mercantil mencionada no caput do art. 1°;	III - instituição consignatária, a instituição autorizada a conceder empréstimo ou financiamento ou realizar operação com cartão de crédito ou de arrendamento mercantil mencionada no caput do art. 1°;
IV - mutuário, empregado que firma com instituição consignatária contrato de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil regulado por esta Lei;	IV - mutuário, empregado que firma com instituição consignatária contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil regulado por esta Lei;	IV - mutuário, empregado que firma com instituição consignatária contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil regulado por esta Lei;
VII - desconto, ato de descontar, na folha de pagamento ou em momento anterior ao do crédito devido pelo empregador ao empregado como remuneração disponível ou verba rescisória, o valor das prestações assumidas em operações de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil; e	VII - desconto, ato de descontar, na folha de pagamento ou em momento anterior ao do crédito devido pelo empregador ao empregado como remuneração disponível ou verba rescisória, o valor das prestações assumidas em operação de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil; e	VII - desconto, ato de descontar, na folha de pagamento ou em momento anterior ao do crédito devido pelo empregador ao empregado como remuneração disponível ou verba rescisória, o valor das prestações assumidas em operação de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil; e
§ 2°	§ 2°	§2°
I - a soma dos descontos referidos no art. 1º desta Lei não poderá exceder a trinta por cento da remuneração disponível, conforme definida em regulamento; e	I - a soma dos descontos referidos no art. 1º não poderá exceder a trinta e cinco por cento da remuneração disponível, conforme definido em regulamento, sendo cinco por cento destinados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; e	I - a soma dos descontos referidos no art. 1º não poderá exceder a trinta e cinco por cento da remuneração disponível, conforme definido em regulamento, sendo cinco por cento destinados exclusivamente para:
		a) a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou
		b) a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito; e
	"(NR)	"(NR)

Legislação	Medida Provisória nº 681, de 10 de julho de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 681, de 2015)
Art. 3°	"Art. 3°	"Art.3°
§ 3° Cabe ao empregador informar, no demonstrativo	§ 3° Cabe ao empregador informar, no demonstrativo	§ 3° Cabe ao empregador informar, no demonstrativo
de rendimentos do empregado, de forma discriminada,	de rendimentos do empregado, de forma discriminada,	de rendimentos do empregado, de forma discriminada,
o valor do desconto mensal decorrente de cada	o valor do desconto mensal decorrente de cada	o valor do desconto mensal decorrente de cada
operação de empréstimo, financiamento ou	operação de empréstimo, financiamento, cartão de	operação de empréstimo, financiamento, cartão de
arrendamento, bem como os custos operacionais	crédito ou arrendamento mercantil e os custos	crédito ou arrendamento mercantil e os custos
referidos no § 2º deste artigo.	operacionais referidos no § 2º.	operacionais referidos no § 2º.
Art. 4º A concessão de empréstimo, financiamento ou	"Art. 4° A concessão de empréstimo, financiamento,	"Art. 4º A concessão de empréstimo, financiamento,
arrendamento mercantil será feita a critério da	cartão de crédito ou arrendamento mercantil será feita	cartão de crédito ou arrendamento mercantil será feita
instituição consignatária, sendo os valores e demais	a critério da instituição consignatária, sendo os valores	a critério da instituição consignatária, sendo os valores
condições objeto de livre negociação entre ela e o	e as demais condições objeto de livre negociação entre	e as demais condições objeto de livre negociação entre
mutuário, observadas as demais disposições desta Lei e	ela e o mutuário, observadas as demais disposições	ela e o mutuário, observadas as demais disposições
seu regulamento. § 1º Poderá o empregador, com a anuência da entidade	desta Lei e seu regulamento. § 1º Poderá o empregador, com a anuência da entidade	desta Lei e seu regulamento. § 1º Poderá o empregador, com a anuência da entidade
sindical representativa da maioria dos empregados,	sindical representativa da maioria dos empregados,	sindical representativa da maioria dos empregados,
sem ônus para estes, firmar, com instituições	sem ônus para estes, firmar, com instituições	sem ônus para estes, firmar, com instituições
consignatárias, acordo que defina condições gerais e	consignatárias, acordo que defina condições gerais e	consignatárias, acordo que defina condições gerais e
demais critérios a serem observados nos empréstimos,	demais critérios a serem observados nas operações de	demais critérios a serem observados nas operações de
financiamentos ou arrendamentos que venham a ser	empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou	empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou
realizados com seus empregados.	arrendamento mercantil que venham a ser realizadas	arrendamento mercantil que venham a ser realizadas
	com seus empregados.	com seus empregados.
§ 2º Poderão as entidades e centrais sindicais, sem	§ 2º Poderão as entidades e centrais sindicais, sem	§ 2º Poderão as entidades e centrais sindicais, sem
ônus para os empregados, firmar, com instituições	ônus para os empregados, firmar, com instituições	ônus para os empregados, firmar, com instituições
consignatárias, acordo que defina condições gerais e	consignatárias, acordo que defina condições gerais e	consignatárias, acordo que defina condições gerais e
demais critérios a serem observados nos empréstimos,	demais critérios a serem observados nas operações de	demais critérios a serem observados nas operações de
financiamentos ou arrendamentos que venham a ser	empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou	empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou
realizad <mark>os</mark> com seus representados.	arrendamento mercantil que venham a ser realizadas	arrendamento mercantil que venham a ser realizadas
	com seus representados.	com seus representados.
e 20 N-1::-// d C 1 1	C 20 N- 1: / 1 C 1 1 1	C 20 NT- 1:: // 1 C 1 1 1
1 § 5° Na nipotese de ser firmado um dos acordos a que	§ 3° Na hipótese de ser firmado um dos acordos a que	g 3° Na nipotese de ser firmado um dos acordos a que

	1. III B 1. I A 6.01 3 10 3 10 3 10 3 10 3 10 3 10 3 10 3	B 1 1 1 1 1 G = 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2
Legislação	Medida Provisória nº 681, de 10 de julho de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2015
		(Proveniente da Medida Provisória nº 681, de 2015)
se referem os §§ 1º ou 2º e sendo observados e	se referem os §§ 1º ou 2º e sendo observados e	se referem os §§ 1° ou 2° e sendo observados e
atendidos pelo empregado todos os requisitos e	atendidos pelo empregado todos os requisitos e	atendidos pelo empregado todos os requisitos e
condições nele previstos, inclusive as regras de	condições nele previstos, inclusive as regras de	condições nele previstos, inclusive as regras de
concessão de crédito, não poderá a instituição	concessão de crédito, não poderá a instituição	concessão de crédito, não poderá a instituição
consignatária negar-se a celebrar o empréstimo,	consignatária negar-se a celebrar <mark>a operação de</mark>	consignatária negar-se a celebrar a operação de
financiamento ou arrendamento mercantil.	empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou	empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou
	arrendamento mercantil.	arrendamento mercantil.
	" (NR)	"(NR)
Art. 5°	"Art. 5"	"Art.5"
§ 1º O empregador, salvo disposição contratual em	§ 1º O empregador, salvo disposição contratual em	§ 1º O empregador, salvo disposição contratual em
contrário, não será corresponsável pelo pagamento dos	contrário, não será corresponsável pelo pagamento dos	contrário, não será corresponsável pelo pagamento dos
empréstimos, financiamentos e arrendamentos	empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e	empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e
concedidos aos seus empregados, mas responderá	arrendamentos mercantis concedidos aos seus	arrendamentos mercantis concedidos aos seus
como devedor principal e solidário perante a	empregados, mas responderá como devedor principal e	empregados, mas responderá como devedor principal e
instituição consignatária por valores a ela devidos em	solidário perante a instituição consignatária por valores	solidário perante a instituição consignatária por valores
razão de contratações por ele confirmadas na forma	a ela devidos em razão de contratações por ele	a ela devidos em razão de contratações por ele
desta Lei e de seu regulamento que deixarem, por sua	confirmadas na forma desta Lei e de seu regulamento	confirmadas na forma desta Lei e de seu regulamento
falha ou culpa, de ser retidos ou repassados.	que deixarem, por sua falha ou culpa, de ser retidos ou	que deixarem, por sua falha ou culpa, de ser retidos ou
	repassados.	repassados.
§ 2º Na hipótese de comprovação de que o pagamento	§ 2º Na hipótese de comprovação de que o pagamento	§ 2º Na hipótese de comprovação de que o pagamento
mensal do empréstimo, financiamento ou	mensal do empréstimo, financiamento, cartão de	mensal do empréstimo, financiamento, cartão de
arrendamento tenha sido descontado do mutuário e não	crédito ou arrendamento mercantil tenha sido	crédito ou arrendamento mercantil tenha sido
tenha sido repassado pelo empregador, ou pela	descontado do mutuário e não tenha sido repassado	descontado do mutuário e não tenha sido repassado
instituição financeira mantenedora, na forma do § 5°, à	pelo empregador, ou pela instituição financeira	pelo empregador, ou pela instituição financeira
instituição consignatária, fica esta proibida de incluir o	mantenedora, na forma do § 5°, à instituição	mantenedora, na forma do § 5°, à instituição
nome do mutuário em cadastro de inadimplentes.	consignatária, fica esta proibida de incluir o nome do	consignatária, fica esta proibida de incluir o nome do
	mutuário em cadastro de inadimplentes.	mutuário em cadastro de inadimplentes.
	" (NR)	"(NR)

	75 H D 1 (1 0 0 0 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	D 1 1 1 1 1 C 2 2 040 1 004
Legislação	Medida Provisória nº 681, de 10 de julho de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2015
0 ,		(Proveniente da Medida Provisória nº 681, de 2015)
Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e	"Art.6° Os titulares de benefícios de aposentadoria e	"Art. 6° Os titulares de benefícios de aposentadoria e
pensão do Regime Geral de Previdência Social	pensão do Regime Geral de Previdência Social	pensão do Regime Geral de Previdência Social
poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro	poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro	poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro
Social – INSS a proceder aos descontos referidos no	Social - INSS a proceder os descontos referidos no art.	Social - INSS a proceder os descontos referidos no art.
art. 1º desta Lei, bem como autorizar, de forma	1º e autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a	1º e autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a
irrevogável e irretratável, que a instituição financeira	instituição financeira na qual recebam seus benefícios	instituição financeira na qual recebam seus benefícios
na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de	retenha, para fins de amortização, valores referentes ao	retenha, para fins de amortização, valores referentes ao
amortização, valores referentes ao pagamento mensal	pagamento mensal de empréstimos, financiamentos,	pagamento mensal de empréstimos, financiamentos,
de empréstimos, financiamentos e operações de	cartões de crédito e operações de arrendamento	cartões de crédito e operações de arrendamento
* · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	mercantil por ela concedidos, quando previstos em	mercantil por ela concedidos, quando previstos em
arrendamento mercantil por ela concedidos, quando	contrato, nas condições estabelecidas em regulamento,	contrato, nas condições estabelecidas em regulamento,
previstos em contrato, nas condições estabelecidas em	observadas as normas editadas pelo INSS.	observadas as normas editadas pelo INSS.
regulamento, observadas as normas editadas pelo	observadas as normas editadas pelo insis.	observadas as normas editadas pelo insis.
INSS.		
§ 5° Os descontos e as retenções mencionados	§ 5° Os descontos e as retenções mencionados	§ 5° Os descontos e as retenções mencionados no
no caput deste artigo não poderão ultrapassar o limite	no caput não poderão ultrapassar o limite de trinta e	caput não poderão ultrapassar o limite de trinta e cinco
de 30% (trinta por cento) do valor dos benefícios.	cinco por cento do valor dos benefícios, sendo cinco	por cento do valor dos benefícios, sendo cinco por
	por cento destinados exclusivamente para a	cento destinados exclusivamente para:
	amortização de despesas contraídas por meio de cartão	
	de crédito.	
		I - a amortização de despesas contraídas por meio de
		cartão de crédito; ou
		II – a utilização com a finalidade de saque por meio do
		cartão de crédito.
	"(NR)	"(NR)
Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991	Art. 2º A <u>Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a</u>	Art. 2° A Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a
	vigorar com as seguintes alterações:	vigorar com as seguintes alterações:
Art. 115	"Art. 115	"Art.115
VI - pagamento de empréstimos, financiamentos e	VI - pagamento de empréstimos, financiamentos,	VI - pagamento de empréstimos, financiamentos,

Legislação	Medida Provisória nº 681, de 10 de julho de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2015 (Proveniente da Medida Provisória nº 681, de 2015)
operações de arrendamento mercantil concedidos por	cartões de crédito e operações de arrendamento	cartões de crédito e operações de arrendamento
instituições financeiras e sociedades de arrendamento	mercantil concedidos por instituições financeiras e	mercantil concedidos por instituições financeiras e
mercantil, públicas e privadas, quando expressamente	sociedades de arrendamento mercantil, públicas e	sociedades de arrendamento mercantil, públicas e
autorizado pelo beneficiário, até o limite de trinta por	privadas, quando expressamente autorizado pelo	privadas, quando expressamente autorizado pelo
cento do valor do benefício.	beneficiário, até o limite de trinta e cinco por cento do	beneficiário, até o limite de trinta e cinco por cento do
	valor do benefício, sendo cinco por cento destinados	valor do beneficio, sendo cinco por cento destinados
	exclusivamente para a amortização de despesas	exclusivamente para:
	contraídas por meio de cartão de crédito.	
	" (NR)	a) a amortização de despesas contraídas por meio de
		cartão de crédito <mark>; ou</mark>
		b) a utilização com a finalidade de saque por meio do
		cartão de crédito." (NR)
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990	Art. 3º A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,	Art. 3º A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,
	passa a vigorar com as seguintes alterações:	passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 45	"Art. 45	"Art.45
Parágrafo único. Mediante autorização do servidor,	§ 1º Mediante autorização do servidor, poderá haver	§ 1º Mediante autorização do servidor, poderá haver
poderá haver consignação em folha de pagamento a	consignação em folha de pagamento em favor de	consignação em folha de pagamento em favor de
favor de terceiros, a critério da administração e com	terceiros, a critério da administração e com reposição	terceiros, a critério da administração e com reposição
reposição de custos, na forma definida em	de custos, na forma definida em regulamento.	de custos, na forma definida em regulamento.
regulamento.		
	§ 2º O total de consignações facultativas de que trata o	§ 2º O total de consignações facultativas de que trata o
	§ 1º não excederá trinta e cinco por cento da	§ 1º não excederá trinta e cinco por cento da
	remuneração mensal, sendo cinco por cento reservados	remuneração mensal, sendo cinco por cento reservados
	exclusivamente para a amortização de despesas	exclusivamente para:
	contraídas por meio de cartão de crédito" (NR)	
		I – a amortização de despesas contraídas por meio de
		cartão de crédito; ou
		II – a utilização com a finalidade de saque por meio do
		cartão de crédito."(NR)
	Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data	Art. 4 Esta Lei entra em vigor na data de sua
	de sua publicação.	publicação.